

Obras inacabadas: sai hoje proposta contra desperdício

Relatório propõe restrições ao início de novas obras até que se conclua as que estão paralisadas, e incentiva sociedade civil a controlar as despesas do Governo

Cabral vê ameaça à Federação

A proposta do governo de criar dois ICMS, um federal e outro estadual, "poderá destruir a Federação", advertiu ontem o senador Bernardo Cabral (PP-AM), ao analisar pontos da reforma tributária enviada pelo Executivo ao Congresso. Com a mudança, os estados pobres e distantes dos grandes centros de consumo não terão condições de atrair investimentos, assinou.

Ele afirmou que a simples intenção do governo de criar os dois ICMS já começa a provocar danos às regiões mais pobres. O anúncio da Volkswagen de construir uma nova fábrica em São Carlos (SP) constitui, na opinião de Bernardo Cabral, o prenúncio de que as indústrias passarão a optar pelos estados ricos.

Cabral denunciou que fabricantes de televisão se uniram para construir uma fábrica de cinescópios, o principal componente de uma TV, fora da Zona Franca de Manaus, onde se localizam atualmente as unidades de montagem, o que leva a crer em futura desativação dessas unidades.



Marina ficou chocada com o suicídio de uma índia de 9 anos

Marina Silva condena massacre de índios

A senadora Marina Silva (PT-AC) manifestou-se ontem horrorizada com o suicídio e o massacre de índios no Brasil, dizendo-se chocada especialmente com o massacre dos avá-canoceros, dos quais sobraram apenas 10 pessoas, os suicídios dos kaiwa (36 só este ano) e o enforcamento de uma índia de nove anos. "Não podemos ficar calados, olhando esses povos serem dizimados, até porque temos responsabilidade sobre eles também", advertiu.

Marina disse que o governo vem priorizando assuntos de natureza econômica, deixando em segundo plano

um problema de humanidade, que é a questão indígena. Conforme Marina Silva, os avá-canoceros, a um passo da extinção definitiva, só têm agora uma saída para a sobrevivência - o incesto. A senadora mostrou-se angustiada com o suicídio de uma índia de nove anos, em Mato Grosso do Sul.

Bernardo Cabral (PP-AM) solidarizou-se com Marina Silva e afirmou que a Constituição de 1988 assegura aos índios seu direito de organização. Marina explicou que as lideranças indígenas reivindicam paz, terra e segurança sobre a reserva que ocupam.

A Comissão de Obras Inacabadas apresentará hoje um relatório preliminar de suas atividades com o objetivo de fazer coincidir a divulgação das prioridades regionais com as discussões do projeto de lei do Orçamento da União para 1996. Desta maneira, o relatório, elaborado pelo senador Casildo Maldaner, poderá subsidiar a apresentação de emendas ao Orçamento, cujo prazo se estende até o próximo dia 26.

A comissão iniciou seus trabalhos em 25 de maio e já visitou obras em 18 estados. Hoje, visita o metrô de Brasília. O presidente do Senado, José Sarney, defendeu ontem o aproveitamento dos dados da comissão na elaboração do Orçamento. **Página 2**

NESTA EDIÇÃO

Campos propõe rigor contra o trabalho escravo

Página 3

Comissão reúne ministros e governadores

Página 3

Valmir pede correção de aposentadoria

Governo deve enviar projeto ao Legislativo ainda este ano, cobra senador. Página 4

Governadores debaterão dívida no Senado dia 17

Os governadores dos estados e do Distrito Federal comparecerão no próximo dia 17, às 10h, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) para debater a questão das dívidas estaduais. Já estiveram na comissão debatendo o assunto os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e José Serra, do Planejamento, e os secretários de Fazenda e de Planejamento dos estados.

MEDIDAS

O Congresso instala hoje comissões mistas destinadas a examinar duas medidas provisórias: a que dispõe sobre o cadastro informativo de créditos não quitados de órgãos federais (MP 1.142) e a que trata dos cargos de confiança na administração federal (MP 1.143).

A Comissão Mista da MP 1.142 deverá ter como presidente o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e como relator o deputado Saulo Queiroz. Sua instalação está prevista para as 10h, na sala 9 da Ala Alexandre Costa, do Senado. Às 11h deverá ser instalada a Comissão Mista da MP 1.143, na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Comissão quer evitar obra nova até o término das inacabadas

Relatório preliminar será divulgado hoje com o objetivo de fornecer subsídios aos parlamentares na apresentação de emendas ao Orçamento

Incentivo à participação de entidades da sociedade civil no controle das despesas do governo e instituição de normas que venham a restringir o início de novas obras enquanto não forem concluídas aquelas em andamento ou paralisadas. Estas são algumas das recomendações que constam do relatório que será apresentado hoje pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), relator da Comissão de Obras Inacabadas (COI).

A decisão de apresentar um relatório preliminar decorreu da necessidade de fazer coincidir a divulgação das prioridades regionais com as discussões do projeto de lei de Orçamento da União para 96. Assim, o relatório poderá servir de subsídio à apresentação de emendas, cujo prazo, iniciado ontem, vai até o dia 26.

Presidida pelo senador Carlos Wilson (PSDB-PE), a Comissão iniciou suas atividades no dia 25 de maio e já vistoriou obras paralisadas em 18 estados. Hoje, a Comissão vi-



Carlos Wilson



Casildo Maldaner

sita as obras de construção do metrô de Brasília. Além de Carlos Wilson e Casildo Maldaner, integrarão a comitiva os

senadores Arlindo Porto (PTB-MG), Emília Fernandes (PTB-RS) e José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Sarney destaca importância do relatório

Muitas obras importantes e que se encontram perto da conclusão, incluídas no relatório da comissão, poderiam ser contempladas com os recursos necessários no Orçamento do próximo ano. O ponto de vista foi defendido pelo presidente do Senado, José Sarney, ao defender

a utilização dos dados da Comissão de Obras Inacabadas na elaboração do Orçamento de 96.

Sarney destacou o trabalho da Comissão Especial quando denunciou o prejuízo causado pelo "cemitério de obras inacabadas" que se espalhou por todo o país.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

10h - Despacho interno.

10h30 - Recebe o deputado Emerson Olavo Pires e o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do ex-Território de Rondônia.

11h - Lançamento da Frente Parlamentar Metro-Ferrovária.

12h - Recebe o presidente do Vietnã, Le Duc Anh.

12h30 - Entrega ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Palácio do Planalto, o CD Rom do Senado Federal.

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado.

20h30 - Participa do jantar da Frente Parlamentar Metro-Ferrovária. Local: Residência do deputado Ricardo Heráclito.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Discussão sobre as emendas coletivas de iniciativa da Comissão, a serem apresentadas ao projeto de lei do Plano Plurianual. Local: Sala 03

- Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.142/95, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.143/95, que dispõe sobre o número de cargos de natureza especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

11h15 - Comissão Especial de Obras Inacabadas

Pauta: Audiência com o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, e visita às obras do metrô.

17h - Comissão Especial de Obras Inacabadas

Pauta: Apresentação e votação do relatório preliminar. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Júlio Campos propõe punição severa para o trabalho escravo no país

Senador defende projeto de sua autoria que prevê expropriação da terra e sua destinação aos projetos de reforma agrária

O senador Júlio Campos (PFL-MT) pediu ontem o apoio do plenário ao projeto de sua autoria destinado a ampliar as penas para quem explore o trabalho escravo. O projeto prevê a pena de expropriação, em favor da



Júlio Campos

União, de bens móveis ou imóveis do fazendeiro ou empresário que se beneficiar de trabalho escravo. O bem expropriado seria utilizado na reforma agrária.

Mencionando relatório da CNBB, o senador anunciou que o Brasil contabiliza a existência de mais de 25 mil tra-

balhadores em regime de escravidão. Em sua opinião, no próximo mês, o país deverá submeter-se a um novo constrangimento internacional, pois serão divulgadas em Genebra as conclusões da investigação que a Organização Internacional do

Trabalho vem conduzindo a respeito de mais de uma centena de casos de trabalho forçado no Brasil.

Júlio Campos destacou a criação, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado e lembrou que, segundo estimativas do

Ministério do Trabalho, 8 mil adultos e 2 mil crianças vivem em condições de semi-escravidão e escravidão, apenas em Mato Grosso do Sul. Ele considerou salutar a decisão anunciada pelo presidente da República de punir com a não-concessão de empréstimos, subsídios e rolagem de dívidas os fazendeiros e empresários que promovem trabalho escravo.

O projeto de Júlio Campos estabelece que a expropriação de bens móveis ou imóveis poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com a pena de prisão. A medida também eleva de dois para três anos a pena mínima de reclusão para quem submeter alguém à condição de escravo.



Renan Calheiros

Comissão reunirá ministros e governadores

A Comissão Especial do São Francisco, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), anuncia para este mês a presença do ministro-chefe da Secretaria Especial de Política Regional, Cícero Lucena, do ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Gustavo Krause, e de governadores de cinco estados para exposição e debate em torno das perspectivas de soluções dos problemas que entravam o desenvolvimento econômico daquela região.

O ministro Cícero Lucena comparecerá à comissão no próximo dia 18, às 17h, e entre os assuntos a serem abordados está o projeto de transposição de águas do São Francisco, apontado como solução para as regiões mais áridas do sertão do Nordeste. Para o dia 24, no mesmo horário, está programada a presença do ministro Gustavo Krause, que falará sobre aspectos do meio ambiente e recursos hídricos do vale do São Francisco.

Na última terça-feira do mês, dia 31, será a vez de os governadores da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Sergipe comparecerem para discutir com os membros da comissão especial os problemas específicos das áreas de cada estado abrangidas pelo Vale do São Francisco e a possibilidade de ação conjunta na busca de soluções.

Adiada a exposição de José Serra

Foi adiada para data ainda não definida a exposição que o ministro José Serra, do Planejamento, deverá fazer na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Plano Plurianual de Investimentos.

Na palestra, que estava marcada para amanhã, Serra abordaria os investimentos de infra-estrutura em todo o país.

O requerimento de convocação do ministro para uma audiência pública foi apresentado pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG).

Pauta do Congresso está desobstruída, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, reafirmou ontem que o Congresso encontra-se rigorosamente em dia com a pauta de votação das matérias encaminhadas pelo Executivo, e até o momento não vê razão para suspender o recesso parlamentar de final de ano. "Nossa pauta está inteiramente desobstruída", garantiu, adiantando que o Senado mantém uma agenda com a previsão de seus trabalhos com duas semanas de antecedência, o que tem conferido agilidade às rotinas da Casa.

Para Sarney, ainda é cedo para qualquer prognóstico sobre a necessidade de convocação do Congresso no próximo período constitucional de recesso para a apreciação de projetos de interesse do governo.

GOVERNADOR CHINÊS

"A China é um país fascinante, não só a China atual como também o que a China representa na história da humanidade",

afirmou o presidente do Senado, José Sarney, após receber a visita de uma delegação chinesa chefiada pelo governador Wan Xuoyuan da província de Zhejiang. A comitiva estava acompanhada pelo embaixador da China, Yuan Tao, e pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

- A China tem hoje relações privilegiadas com o Brasil, e essa nova etapa de relações foi estabelecida quando eu era o presidente da República. Desde então o nosso comércio com o governo chinês só tem aumentado, assim como se estreitaram as nossas relações políticas também - declarou Sarney.

Após a visita ao presidente Sarney, a comitiva se dirigiu ao gabinete do senador Roberto Requião. Os chineses, segundo o senador paranaense, desejam incrementar as relações com o Estado do Paraná, onde pretendem instalar uma faculdade tecnológica de indústria têxtil.

Valmir Campelo quer logo a correção das aposentadorias

Senador alerta governo para a necessidade de resgatar dívida com os aposentados ainda em 95 e não no próximo ano



Joel de Hollanda

Joel de Hollanda homenageia poeta pernambucano

O transcurso dos cem anos de nascimento do poeta pernambucano Ascenso Ferreira foi registrado ontem pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), que qualificou Ascenso como "o mais oral dos modernistas nordestinos e o mais erudito dos poetas populares".

Joel de Hollanda enalteceu a poesia composta por Ascenso Ferreira, salientando que ela conseguia resumir a identidade nacional "em meio à enorme riqueza da diversidade cultural de um povo em formação".

São versos tão limpos e tão sonoros que alguns até pensaram que eram versos folclóricos - lembrou o senador, observando que até hoje é válido o retrato do Brasil mestiço e mulato composto pelo poeta.

Os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Marina Silva (PT-AC) e Bernardo Cabral (PP-AM) elogiaram a iniciativa do senador pernambucano de reverenciar a memória do poeta nordestino. O senador Júlio Campos (PFL-MT), que presidiu a sessão ordinária de ontem, associou-se em nome da Mesa à homenagem prestada a Ascenso Ferreira.

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) apelou ontem ao governo federal para que apresse o envio ao Legislativo do projeto de correção das distorções nos valores das aposentadorias e pensões. Lembrando que faltam apenas dois meses para encerrar-se o ano, o senador disse que é preciso resgatar essa dívida para com os aposentados ainda em 1995 e não no próximo ano, como desejava o governo.

Não é admissível fazer os aposentados aguardarem ainda mais para receberem esse justo aumento - afirmou Valmir Campelo, observando que diariamente a mídia denuncia desvios de verbas públicas, como a ocorrência de fraudes em mais de

130 mil autorizações de internações hospitalares.

O senador disse que, se confirmadas, essas fraudes lesariam o Erário em mais de R\$ 33 milhões somente em um mês. Ele também se reportou ao "desleixo de determinados procurado-

res dos órgãos e entidades do governo que, negligenciando-se na defesa da Fazenda Nacional, vêm causando altos prejuízos à União, que está sendo obrigada a pagar pesadas indenizações decorrentes de planos econômicos anteriores, sem que a demanda



Valmir Campelo

percorra todas as instâncias do Poder Judiciário".

Na opinião de Valmir, o aposentado brasileiro envergonha-se de si mesmo. Enquanto isso, lembrou, toda vez que se fala em reajuste dos proventos da inatividade, o governo deflagra

uma campanha dizendo que o déficit da Previdência não suporta os ajustes decorrentes da inflação. Agora que o governo anuncia que vai reajustar os benefícios de cerca de 250 mil pessoas, o senador adverte que isso tem que ser feito ainda este ano.

Emendas do petróleo e da contribuição para saúde podem ser votadas até 8 de novembro

As propostas de emendas constitucionais que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo e dispõe sobre a criação de uma contribuição para a saúde foram agendadas para votação em primeiro turno, pelo Senado, nos próximos dias 17 e 18. Considerados os prazos regimentais a cumprir na passagem para o segundo turno, a previsão da Mesa da Casa é que até o dia 8 de novembro poderá ser concluída a votação das matérias.

O regimento do Senado estabelece um mínimo de cinco dias úteis de interstício para

apreciação de uma proposta de emenda constitucional pelo plenário, entre o primeiro e o segundo turnos. Além disso, a proposta deverá ficar obrigatoriamente por três dias úteis, na pauta do plenário, para discussão em segundo turno. Nesse último turno são admitidas apenas emendas de redação, ficando proibidas alterações do mérito da matéria. Uma emenda, no entanto, somente poderá ser apresentada com apoio de pelo menos um terço dos senadores (27 assinaturas).

A emenda que propõe a flexibilização do monopólio

estatal do petróleo, última das propostas apresentadas pelo governo para mudar a Ordem Econômica da Constituição, bem como a que recria o chamado imposto do cheque sob a forma de uma Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF), para financiar a saúde pública no país, já foram discutidas em primeiro turno pelo plenário. Mas, como houve apresentação de emendas às duas propostas, elas tiveram de retornar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que rejeitou as emendas de plenário.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djálba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Alcemar Coelho e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.